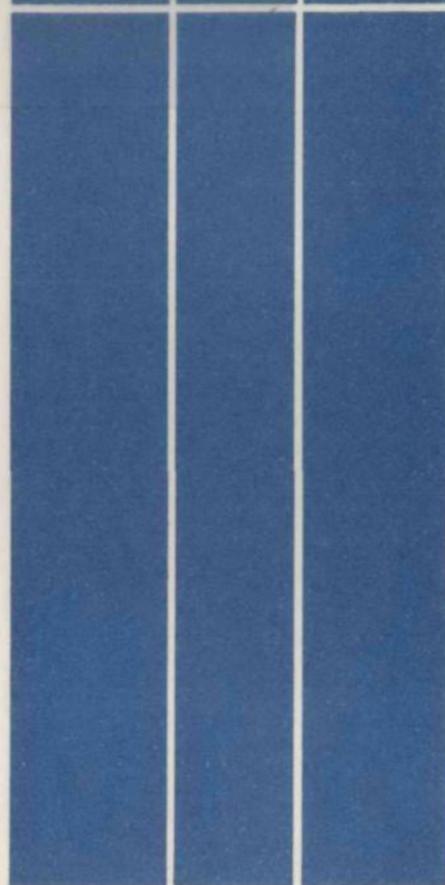


CIBEC/INEP



B0012758

MEC



**O COMPROMISSO DA
EDUCAÇÃO BÁSICA E AS
RELAÇÕES DA SEPS COM
AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO**

37.018.8

B823e

SECRETARIA DE ENSINO DE
1º E 2º GRAUS

02

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

O COMPROMISSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E AS RELAÇÕES DA SEPS COM AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO

**DOCUMENTO ELABORADO PELA SECRETARIA
DE ENSINO DE 1º E 2º GRAUS**



O COMPROMISSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E AS RELAÇÕES DA SEPS COM AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO

DOCUMENTO ELABORADO PELA SECRETARIA
DE ENSINO DE 1º E 2º GRAUS

Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus
Coordenadoria de Comunicação Social/GM
Divisão de Editoração — outubro 1981

SUMÁRIO

Introdução.....	7
I — A prioridade da educação básica na política do MEC	9
II— A estratégia de apoio à educação básica: algumas diretrizes ..	11
III - Aspectos operacionais do relacionamento entre a SEPS e os sistemas de ensino	21
Conclusões	23

INTRODUÇÃO

A prioridade atribuída à educação básica, na estratégia formulada pelo Ministério da Educação e Cultura, exige que se delimitem com precisão o conteúdo e a amplitude desse conceito.

Não se trata, apenas, de uma questão teórica. Os objetivos da educação básica, os elementos que a integram, sua duração, as modalidades sob as quais pode ser apresentada, entre outros fatores, têm decisiva influência sobre as ações a desenvolver, a cobertura que pode ser assegurada à população e sobre os mecanismos e instrumentos a utilizar para alcançar os objetivos e metas propostos.

O ponto de partida encontra-se na caracterização apresentada no documento Diretrizes de Planejamento do MEC (Programação para 1982): "A área de educação básica compreende o espaço educativo formal e não-formal, centrado no 1º grau e em torno dele, incluindo o pré-escolar e, em estágios mais avançados do desenvolvimento, a terminalidade do 2º grau como forma de garantir aos membros da sociedade a auto-realização como pessoas, a qualificação como agentes econômicos e a preparação para o exercício de suas responsabilidades sócio-políticas".

A conjugação dos elementos contidos no texto supramencionado com os componentes do conceito de educação básica que aparecem na literatura especializada facilita a delimitação de sua abrangência e evita confusões com outros conceitos afins.

Em primeiro lugar, convém não confundir educação básica com a simples soma do pré-escolar, 1º grau e de alguns aspectos do 2º grau. Ela tem um sentido mais amplo, incluindo modalidades formais e não-formais; ações educativas com ou sem grau de escolaridade e ações educativas compreendendo elementos de saúde, nutrição, trabalho e elementos básicos de ciências e comunicação no contexto da alfabetização funcional.

Convém destacar que na educação básica os conteúdos educativos devem ser trabalhados sob enfoque científico, de modo a conduzir à formação de valores e atitudes positivas; ao desenvolvimento do pensamento crítico; à aquisição de conhecimentos de saúde, agricultura, atividades produtivas e à aquisição de conhecimentos básicos para a participação social e cívica.

Em segundo lugar, não se deve identificar educação básica com escolaridade obrigatória. Embora, em sua origem, os dois conceitos estejam muito próximos, na prática o primeiro é bem mais amplo que o último,

tanto em termos de educação quanto de conteúdo ou modalidades sob as quais a educação básica pode apresentar-se.

Em terceiro lugar, importa distinguir entre o conceito de educação básica, utilizado pelo MEC, do de necessidade básica em educação ou o mínimo educacional que deve ser assegurado a toda a população. Na literatura internacional, ambos os conceitos estão estritamente vinculados e refletem o enfoque que atribui importância significativa à educação para a redução das desigualdades sociais e regionais e para a eliminação da extrema pobreza. Na concepção adotada pelo MEC, a educação básica é mais ampla que os mínimos educacionais, correspondendo mais a um objetivo desejável a médio ou longo prazo e dificilmente viável a curto prazo.

Por último, é necessário considerar que o conceito de educação básica pode ter conteúdos diferenciados em função da clientela a ser atendida, segundo características sócio-econômicas e localização urbana ou rural. Também a duração da educação pode variar, correspondendo, em distintas situações, a diferente número de anos de escolaridade.

I - A PRIORIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA POLÍTICA DO MEC

A prioridade da educação básica é uma consequência da diretriz social do III Plano Nacional de Desenvolvimento, "que significa o compromisso compartilhado por todo o Governo de reduzir as desigualdades sociais e regionais, num esforço integrado e intersetorial de cunho sócio-econômico", ou seja, o reconhecimento de que a educação constitui fator relevante na política de redução da extrema pobreza e de que a existência de desigualdades sociais acentuadas exige, na política social em geral e na educacional, em particular, ações diferenciadas por grupos sócio-econômicos, com forte conteúdo compensatório quando se destinam a populações carentes.

Do discurso do Secretário-Geral do MEC por ocasião da visita do Diretor-Geral da UNESCO ao Brasil, 1981.

II - A ESTRATÉGIA DE APOIO À EDUCAÇÃO BÁSICA: ALGUMAS DIRETRIZES

As diretrizes que a seguir se apresentam correspondem a uma tentativa de sistematizar princípios que orientem a ação do MEC, dos estados e municípios.

Parte-se da idéia de que, implícita no conceito de educação básica, se encontra a exigência de atuar simultaneamente sobre os fatores endógenos e exógenos ao sistema educativo. Posteriormente, apresentam-se diretrizes por nível e modalidade de ensino e, por último, indicam-se alguns princípios que devem ser observados na operacionalização dos programas de educação básica, tanto por parte do MEC quanto por parte dos estados, municípios e de outras agências executoras.

1 — A ação **simultânea sobre fatores** endógenos e exógenos

A clientela prioritária dos programas de educação básica é constituída pelas populações carentes, urbanas e rurais, que não estão incorporadas ao sistema educativo ou que não conseguem nele permanecer e ter acesso aos níveis mais altos. Portanto, ao lado de ações voltadas para a melhoria do desempenho do professor, para a unidade escolar, para o currículo e material de ensino-aprendizagem e para as estruturas de apoio à unidade escolar, é indispensável prever-se uma forma de ação centrada, também, nos fatores exógenos — condições de saúde e nutrição dos alunos, nível de emprego e renda desses e de sua família e situação sócio-cultural da comunidade — que afetam o acesso e o rendimento dos alunos.

Tem-se plena consciência das limitações do setor educação para conseguir, exclusivamente com os instrumentos e mecanismos de que dispõe, mudanças significativas nos condicionantes exógenos do processo educativo. No entanto, isso não justifica uma possível omissão em atuar sobre eles, pois existem certos espaços que podem ser aproveitados pelo setor educação, com resultados promissores.

2 — Ênfase especial a tipos e modalidades de ensino e à superação de alguns problemas críticos

2.1 — A prioridade da educação pré-escolar

a) Justificativa

Considerando a importância da fase que vai do nascimento até os seis

anos, do ponto de vista biopsicossocial e das diferentes realidades sócio-econômicas e culturais do País, torna-se urgente atender às necessidades da criança, de forma global, para um desenvolvimento ótimo das suas potencialidades e conseqüente melhoria do seu desempenho escolar. Para isso é necessário uma forma integrada de atendimento nas áreas de educação, saúde e nutrição, cabendo, entretanto, um atendimento preferencial à clientela na faixa etária de quatro a seis anos por parte da educação.

b) Diretrizes para a educação pré-escolar

— atendimento a grandes números, dando-se ênfase a programas não-formais e a baixo custo, mediante:

- uso de espaços físicos disponíveis na comunidade, evitando-se a construção de prédios para fins exclusivos de educação pré-escolar;
- aproveitamento de pessoal da comunidade (especialmente as mães), com ou sem habilitação para o magistério, para desempenho de atividades de monitoria, multiplicando a capacidade de atendimento da professora;
- participação comunitária na definição dos programas, na sua execução e avaliação;

— aproveitamento do programa do pré-escolar como "porta de entrada" à família, para um posterior atendimento às mães, pais, adolescentes e crianças em idade escolar;

— desenvolvimento dos programas de educação pré-escolar de forma intersetorial, envolvendo ações educacionais, de nutrição e de saúde, aproveitando recursos da comunidade e garantindo unidade na orientação e continuidade das ações.

c) A participação do MEC na educação pré-escolar, através da SEPS, se desenvolverá tendo em vista:

— subsidiar a formulação de diretrizes nacionais para a área;

— promover a articulação entre os programas voltados para o pré-escolar, no âmbito federal, e estimular os sistemas de ensino a promovê-los no âmbito de sua jurisdição, a fim de assegurar a intersetorialidade do atendimento às necessidades da clientela;

— apoiar ações em desenvolvimento pelas Secretarias de Educação e de Cultura e Secretarias Municipais de Educação e Cultura, na área de educação pré-escolar.

d) Recursos para a educação pré-escolar

Os recursos para a educação pré-escolar ainda são escassos para a magnitude do atendimento pretendido e necessário. No entanto, já se realizam, no MEC, estudos que objetivam a captação de recursos de outras fontes para um maior incremento das ações na área.

2.2— Diretrizes para o ensino de 1. grau

a) A expansão da escolaridade no 1º grau deverá levar em conta:

—a utilização de espaços disponíveis da comunidade e reorganização da rede escolar existente, visando a um melhor atendimento à demanda;

—a redução de custos das construções e equipamentos escolares, utilizando técnicas locais e tecnologias de baixo custo;

—o aumento da oferta de professores qualificados, garantindo-lhes remuneração e condições adequadas de trabalho para retê-los no sistema educacional;

a) a ampliação da oferta de alimentação e de material escolar aos alunos carentes.

b) A melhoria do rendimento

A preocupação com a melhoria do rendimento, especialmente nas séries iniciais (1ª e 2ª), conduz a SEPS às seguintes proposições:

—utilização de currículos flexíveis ou abertos e produção de materiais de ensino-aprendizagem adequados às condições do meio e da clientela;

—incorporação do universo cultural da comunidade nos conteúdos e práticas educacionais;

—adoção de formas de organização e funcionamento de unidades escolares que atendam às inovações educacionais;

—modificação no sistema de promoção, considerando a diversidade de organização de conteúdo curricular e as formas diversificadas de organização e funcionamento escolar;

—apoio às escolas unidocentes existentes em localidades de reduzida concentração demográfica;

—valorização do trabalho produtivo como componente educativo, tendo em vista a importância social do trabalho, o desenvolvimento de atividades produtivas como fonte de renda para alunos carentes e de experiências de terminalidade antecipada;

—integração entre escola-comunidade, de forma a colocar a escola, nas áreas carentes, a serviço da comunidade;

—valorização dos recursos humanos, através de habilitação e treinamento, associados a uma política de remuneração adequada;

—implantação ou melhoria de estruturas intermediárias de apoio à unidade educacional, como delegacias regionais de educação, órgãos municipais de educação e outros;

—articulação das ações educacionais com as de saúde, alimentação escolar e assistência à família pelo atendimento à criança;

—a utilização do rádio e da televisão na expansão da escolaridade e na melhoria do ensino de 1º grau regular e/ou supletivo, atendendo às diversidades regionais e às características locais;

—integração entre ensino regular e supletivo em nível de 1º grau, evitando-se a marginalização de alunos carentes;

—estudos visando à definição de mecanismos que permitam o fluxo entre o ensino regular e o supletivo.

c) A participação do MEC no ensino de 1º grau, através da SEPS, se desenvolverá tendo em vista:

—apoiar os sistemas de ensino, através da cooperação técnica e da assistência financeira;

—desenvolver estudos referentes ao ensino regular de 1º grau.

d) Recursos para o ensino de 1º grau

A SEPS vem promovendo gestões junto aos setores competentes no sentido de desenvolver estudos para captação de novas fontes de financiamento para o ensino de 1º grau. Além disso, vem propondo a eliminação de gastos de administração e outros não diretamente ligados ao ensino de 1º grau, porém cobertos com recursos do FNDE.

2.3 — Ensino de 2º grau

a) Uma nova perspectiva de profissionalização

A obrigatoriedade da profissionalização no ensino de 2º grau somente pode ser concebida dentro de uma perspectiva ampla do mundo do trabalho, admitindo-se desde uma formação profissional geral até a formação do técnico propriamente dita.

O planejamento das habilitações profissionais pode ensejar uma série de opções curriculares, com variações em objetivos, conteúdos e metodologias, conforme as diferenças individuais dos alunos, as condições da escola e as características do mundo do trabalho para o qual, invariavelmente, os egressos se dirigirão, mediata ou imediatamente, após o curso de 2º grau.

b) Linhas prioritárias de ação

—apoio ao desenvolvimento de ações destinadas à avaliação do ensino profissionalizante;

—estímulo aos sistemas de ensino na busca de soluções alternativas, incluídas ou não nas modalidades existentes de profissionalização;

—articulação interinstitucional nos diferentes níveis da administração, conhecimento e valorização do profissional de nível médio;

—incentivo às atividades de interação escola—comunidade;

—desenvolvimento de experiências de educação—produção;

—apoio aos sistemas estaduais na manutenção das escolas técnicas e agrotécnicas;

—apoio das escolas técnicas e agrotécnicas do sistema federal aos sistemas estaduais no que se refere ao desenvolvimento:

- da formação especial do currículo de 1º e 2º graus;
- de programas de educação comunitária;

—apoio ao desenvolvimento da política de recursos humanos para o ensino de 2º grau, estimulando a integração com os órgãos e instituições de ensino superior, para a formação e o aperfeiçoamento de professores, especialmente de disciplinas profissionalizantes;

—apoio à criação e/ou desenvolvimento de serviços de assistência técnico-pedagógica destinados aos professores de disciplinas profissionalizantes;

—apoio aos sistemas de ensino nos programas de formação de professores de 1º grau - 1º a 4º série.

c) A participação do MEC no ensino de 2º grau, através da SEPS, se desenvolverá tendo em vista:

—promover a integração entre os órgãos vinculados e subordinados à SEPS;

—promover a articulação com os órgãos e instituições de ensino superior e outros de interesse do ensino de 2º grau;

—desenvolver cooperação técnica e assistência financeira aos sistemas de ensino das unidades da Federação.

2.4 — O ensino supletivo

O ensino supletivo deve ser visto não tanto como uma chance renovada de escolarização, mas como processo próprio de educação, dotado de conteúdos e métodos que atendam eficazmente aos objetivos específicos do desenvolvimento cultural, de ampliação de experiências e vivências e de aquisição de novas habilidades, respeitando-se as diferenças individuais e peculiaridades regionais.

a) Linhas de ações do ensino supletivo

—atendimento prioritário aos grupos carentes urbanos e rurais numa ação intersetorial e com envolvimento da comunidade;

—aproveitamento dos espaços disponíveis na rede escolar e na comunidade;

—desenvolvimento de currículos ajustados às realidades locais;

—produção de material de ensino-aprendizagem, de acordo com as peculiaridades regionais;

—valorização de recursos humanos, profissionalizando e qualificando a mão-de-obra, segundo as demandas locais do mercado;

—combinação de ações educacionais com outras que tenham efeitos sobre o emprego, a renda, o nível de saúde e o bem-estar da população.

b) Recursos financeiros para o ensino supletivo

A carência de recursos financeiros tem sido acentuada para os programas de ensino supletivo. Entretanto, a SEPS está envidando esforços no sentido de obter um aumento de recursos para o desenvolvimento das ações na área.

3 — Alguns princípios gerais que deverão nortear a operacionalização dos programas de educação básica

A concretização da prioridade de educação básica exigirá mudanças progressivas, ao nível da SEPS e dos estados, na forma de operacionalização dos programas, tentando-se evitar a contradição que eventualmente se observa nas diretrizes adotadas pelos diversos órgãos envolvidos. Isto não significa a adoção de uma forma única de atuação ou eliminação de certo pluralismo indispensável, dada a diversidade de situações existentes. Trata-se de evitar as orientações conflitantes, partidas dos diferentes órgãos, programas ou projetos vinculados à SEPS ou aos estados, no sentido de remover obstáculos e de assegurar a eficácia das ações junto aos órgãos da estrutura intermediária e aos beneficiários.

Alguns dos princípios que a seguir se apresentam são adotados por certos órgãos e programas da SEPS, outros correspondem a propostas cuja viabilidade deverá ser comprovada, à medida que elas sejam implementadas e avaliadas.

a) Direcionamento de parte dos esforços das instituições de ensino de 2º grau e de outros órgãos vinculados à SEPS em benefício do pré-escolar e do 1º grau

A ênfase na educação básica — especialmente no nível pré-escolar e 1º grau — exigirá reformulação na programação dos órgãos do MEC, em geral, e da SEPS, em particular, para apoiar as ações previstas. Alguns exemplos podem ser mencionados:

—o MOBREAL reorientará sua programação, ampliando significativamente seu esforço na área do pré-escolar;

—as escolas técnicas e agrotécnicas participarão na formulação e implementação de propostas de apoio à formação especial, ao nível de 1º grau e à qualificação de populações carentes, urbanas e rurais.

b) Articulação horizontal da SEPS com outros órgãos do MEC

As Diretrizes de Planejamento do MEC (Programação para 1982) estabelecem uma estrutura de programação por áreas, a saber: Apoio à Educação Básica, Educação Superior, Cultura e Desporto.

A Comissão de Área de Apoio à Educação Básica é coordenada pela SEPS, sendo composta por seus órgãos vinculados e subordinados, bem como pelas secretarias do MEC, cuja atuação recaia, direta ou indiretamente, em sua área de competência.

O funcionamento da Comissão de Coordenação de Área deverá propiciar maior racionalidade na distribuição de recursos, maior compatibilização das ações financiadas pelo Ministério, bem como convergência de esforços para consecução dos fins pretendidos.

c) Articulação horizontal da SEPS com órgãos de outros ministérios que desenvolvem ações complementares à educação básica

A educação básica, no seu sentido amplo, inclui ações que estão sendo desenvolvidas não só pelo sistema MEC, como também por outros ministérios, destacando-se, entre outras, as seguintes:

—educação pré-escolar, especialmente na faixa de zero a quatro anos — desenvolvida pelo Ministério da Saúde (Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição) e Ministério da Previdência e Assistência Social (Legião Brasileira de Assistência e FUNABEM);

—educação para a saúde — ações formais desenvolvidas pelo Ministério da Previdência e Assistência Social (LBA) e pelo Ministério da Saúde;

—extensão rural — especialmente os aspectos de informação sobre processos tecnológicos; organização comunitária; qualificação dos agricultores para o melhoramento ou a mudança tecnológica. Uma articulação com o Ministério da Agricultura (EMBRATER) torna-se indispensável para estabelecer uma complementaridade com as ações do setor educação;

—formação de técnicos de nível médio e programas de qualificação de mão-de-obra, desenvolvidos por órgãos vinculados a outros ministérios. Embora, segundo a Lei nº 5.692/71, a qualificação constitua uma modalidade do ensino supletivo, os programas de qualificação estão também a cargo do Ministério do Trabalho (SENAR e PIPMO) e de instituições a ele vinculadas (SENAI e SENAC). A simples presença do MEC no Conselho Federal de Mão-de-Obra, nos Conselhos do SENAI, SENAC, SENAR e a participação daqueles órgãos em colegiados do MEC (v. g. Conselho CENAFOR) não são suficientes para garantir a integração das atividades. Torna-se indispensável estabelecer novos mecanismos de articulação para permitir a necessária integração do elemento qualificação na educação básica. Por outro lado, observam-se escolas e programas de qualificação, a cargo de outros ministérios, em relação aos quais é mínima a participação do MEC. Tais órgãos poderiam associar-se ao esforço de desenvolvimento e melhoramento da educação básica, desde que se estabeleça uma articulação formal entre o MEC e os respectivos ministérios (de que dependem).

d) Desenvolvimento e ação comunitária

Atualmente, além do MEC, programas desta natureza vêm sendo desenvolvidos pelos seguintes ministérios ou órgãos competentes: SEPLAN: Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos. MINTER: Ação Comunitária desenvolvida pelo Projeto Rondon e pelas Superintendências de Desenvolvimento Regional. MPAS: Alguns programas a cargo da LBA. Ministério da Agricultura: PRODECOR. Ministérios militares: Programa de Ação Cívica.

Sem pretender que os programas de desenvolvimento e ação comunitária sejam exclusivamente educacionais, é inegável reconhecer que incorporam, em boa medida, componentes de educação não-formal e, especialmente, ao nível que corresponderia à educação básica. Assim se torna indispensável maior presença da SEPS em ações diretas nessa área ou em esforços conjuntos com órgãos de outros ministérios.

e) Saúde e nutrição para grupos biológica e socialmente vulneráveis

—Tais programas são desenvolvidos pelo Ministério da Previdência e Assistência Social. Na área de nutrição, também atua o MEC, através da CNAE. Embora exista um organismo coordenador para as ações na área de alimentação e nutrição (o Conselho Deliberativo do INAN), a complementaridade e articulação dos diferentes subprogramas ainda deixam a desejar.

4 - Integração de ações formais e não-formais nos programas a serem desenvolvidos

A integração entre ensino regular e supletivo e entre modalidades formais e não-formais de ensino é imperativa na ação futura da SEPS. Especialmente no 1º e 2º graus, torna-se indispensável uma programação conjunta que assegure:

- a complementaridade entre ambas as modalidades;
- a intercomunicação entre ambas, permitindo a passagem de uma para outra;
- a incorporação, em cada uma das modalidades, de características positivas que tradicionalmente aparecem como específicas da outra (assim, por exemplo, a incorporação ao ensino regular da agilidade e flexibilidade que caracterizam muitos dos programas supletivos e o reconhecimento oficial que caracteriza o ensino regular).

5 — Participação comunitária na identificação dos problemas, formulação de programas e projetos e sua execução e avaliação

O esforço de descentralização da responsabilidade pelos programas de educação básica, em benefício dos estados e municípios, deve ser complementado por um envolvimento progressivo das comunidades às quais se destinam tais programas, para que passem de simples beneficiários à condição de agentes, numa ação conjunta.

O nível e as formas de participação comunitária variarão, em cada caso, em função do grau de organização e da experiência de cada comunidade. O mínimo de participação consistirá na simples consulta (sem compromisso, em relação à solução dos problemas detectados) à comunidade sobre os seus problemas e necessidades. O nível máximo consistirá em atribuir-se à comunidade a plena responsabilidade pela formulação das soluções, gestão de recursos e de meios para resolver os problemas, e avaliação dos resultados alcançados.

É importante cuidar para que a participação comunitária seja assegurada nos aspectos relevantes e não apenas nas dimensões acessórias dos problemas, evitando-se criar a "ilusão da participação", muito freqüente em alguns programas de desenvolvimento comunitário.

Também se deve evitar que se formulem programas a partir de simples consultas, sem maiores discussões e aprofundamentos, sobre os problemas que as comunidades consideram como prioritários. A experiência tem demonstrado que muitas das respostas dadas, em tais circunstâncias, não

correspondem às reais necessidades das comunidades e podem orientar a formulação de programas inadequados.

6 — Canalização, em favor das comunidades às quais se destinam os serviços educacionais, dos benefícios econômicos (especialmente emprego e renda), gerados pela implantação e funcionamento dos projetos de educação básica

Nos projetos destinados a populações carentes, a observância deste princípio permitirá que se gerem maiores benefícios para os grupos aos quais se destinam os serviços educacionais.

Sua operacionalização se fará através de:

—compras locais de bens necessários à construção, reforma, equipamento e reequipamento das escolas. Esta política poderá estimular o aumento da produção local, permitindo a ampliação da oferta de emprego ou a redução do subemprego nas unidades produtoras de material de construção e de equipamento escolar;

—contratação de mão-de-obra local de serviços para construção, reforma, equipamento, reequipamento, conservação e funcionamento da unidade escolar;

—apoio à inserção, no mercado local de trabalho, de alguns dos egressos dos programas educacionais de 2º grau. Isto poderia ocorrer mediante financiamento direto ou garantia para obtenção de financiamento junto a instituições de crédito, para a instalação de pequenas unidades produtivas.

Embora existam alguns obstáculos para a aplicação deste princípio, a experiência de alguns programas da SEPS tem demonstrado a possibilidade de colocá-lo em prática, sem mudanças na legislação vigente.

7 — Planejamento com base territorial em função de parâmetros sócio-econômicos

Embora alguns programas da SEPS já observem este princípio (EDURURAL/PRODASEC URBANO), a maioria desenvolve-se através de projetos isolados, atendendo a diferentes populações em áreas geográficas também diferentes.

A atuação desenvolver-se-á em áreas geográficas previamente definidas mediante:

—a concentração de esforços nas áreas mais carentes;

• o atendimento integrado nos diversos segmentos da população (nas áreas de educação, saúde, nutrição, trabalho e outras), o que permitirá maior impacto sobre os beneficiários;

• o planejamento integrado dos diferentes componentes do processo educacional, de modo que tenham uma atuação interdependente, de complementaridade e de reforço (construção/currículo e materiais de ensino-aprendizagem/treinamento de recursos humanos);

—a otimização de recursos financeiros, administrativos e outros.

8 — Fortalecimento da capacidade de produção local de material de ensino-aprendizagem e de apoio ao processo educacional

A preocupação com a economia de escala (que geraria uma redução de custos) e com a qualidade de material de ensino-aprendizagem gerou um processo de concentração das responsabilidades pela elaboração e produção de tal material, ao nível de órgãos vinculados ao MEC e em certas regiões do País.

A política de descentralização e de reconhecimento das diversidades sócio-econômicas e culturais das regiões do País aconselha uma mudança na orientação tradicionalmente seguida, no sentido de:

—criar, fortalecer ou apoiar núcleos de produção material de ensino-aprendizagem em cada unidade da Federação, com prioridade para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste;

—envolver o pessoal docente dos sistemas de ensino e da universidade no processo de elaboração do material de ensino-aprendizagem, utilizando uma metodologia participativa;

—utilizar, sempre que possível, empresas privadas ou instituições públicas existentes em cada região, para publicar o material elaborado.

Além dos conteúdos comuns, o material de ensino-aprendizagem deve estar ajustado às clientela urbanas e rurais, valorizar os elementos culturais locais e refletir as diferenças culturais existentes entre os estados.

III - ASPECTOS OPERACIONAIS DO RELACIONAMENTO ENTRE A SEPS E OS SISTEMAS DE ENSINO

Com base nos princípios gerais explicitados, as ações da SEPS caracterizam-se por:

- coordenação;
- descentralização; e
- planejamento integrado e participativo, com base geográfica.

Isto significa o reconhecimento das diversidades regionais e da necessidade de tratamento diferenciado, com inclusão de componentes compensatórios para as regiões menos desenvolvidas.

Além desses princípios, deve-se ressaltar a intenção do MEC de, progressivamente, tornar sua atuação mais normativa e de cooperação técnica do que de ação direta.

1 — Mecanismos de articulação da SEPS com os sistemas de ensino

a) Cooperação técnica

A cooperação técnica se caracterizará como um processo permanente e bidirecional, capaz de subsidiar a definição de política e estratégias, de realimentar o processo decisório e de contribuir tanto para o aperfeiçoamento técnico-pedagógico e administrativo quanto dos sistemas de ensino. Deverá levar em conta linhas interdependentes e intercomplementares, a saber:

- cooperação em matéria de planejamento e gerência, com vistas à modernização organizacional do sistema educativo-cultural;
- cooperação na área técnico-pedagógica, com vistas à melhoria da produtividade dos sistemas de ensino;
- cooperação na área de recursos humanos, com vistas à sua formação, em quantidade e qualidade exigidas pelos sistemas de ensino.

Nesse sentido, a cooperação técnica entre a SEPS e os sistemas de ensino compreenderá:

- proposta de planejamento participativo em todos os níveis (federal, em relação aos sistemas; estadual, em relação aos municípios; municipal, em relação às comunidades locais);
- proposição de um plano de cooperação-orientação para solução de problemas identificados no contexto global (aspectos organizacionais, pedagógicos, de recursos humanos, físicos e financeiros);

— cooperação técnica horizontal para intercâmbio de tecnologias e de experiências entre os sistemas de ensino;

— implantação, pelos sistemas, de uma coordenação de ações na área do pré-escolar, com vistas a promover a integração dos diversos órgãos que as desenvolvem;

— fortalecimento dos cursos de formação de professores, em nível de 2º grau, e realização de cursos adicionais para atendimento às necessidades de recursos humanos para o 1º grau;

— integração dos órgãos estaduais e municipais para desenvolvimento de ações complementares à educação.

b) Assistência financeira

A assistência financeira oferecerá suporte às ações consideradas prioritárias dentro de um contexto institucional e econômico e dos limites do disponível.

No sentido de agilizar o processo de assistência financeira do MEC aos sistemas de ensino, a SEPS atuará sob dois aspectos:

— o primeiro, de simplificação dos instrumentos a serem utilizados pelos sistemas de ensino na solicitação de recursos à SEPS, de forma que possam conter informações necessárias ao conhecimento dos resultados desejados;

— o segundo, de flexibilidade orçamentária, significando que a SEPS preparará sua programação orçamentária a partir das solicitações feitas pelos sistemas de ensino, com base nas reais necessidades destes, em termos de custeio e capital.

CONCLUSÕES

Ao elaborar este documento teve a SEPS duas grandes preocupações: a de reafirmar o compromisso do MEC com a educação básica e a de apresentar as implicações desse compromisso no seu relacionamento com os sistemas de ensino.

Na conceituação dada à educação básica acentuou-se a prioridade que se pretende dar à redução das desigualdades regionais e sociais, propiciando um tratamento diferenciado que atenda às necessidades daqueles a que se destina.

Pretendendo atuar sobre fatores endógenos e exógenos ao sistema educacional (embora reconhecendo suas limitações quanto aos exógenos), a SEPS propõe algumas diretrizes das quais se destacam:

- o esforço para que se venha a atender grande número de pré-escolares, utilizando-se de uma estratégia que assegure um rendimento ótimo, a baixo custo;

- a expansão de oportunidades educacionais, associada à melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem, no 1º grau;

- a utilização de processos formais e não-formais para recuperação de alunos que apresentem distorção idade/série e para os evadidos;

- a avaliação do ensino profissionalizante e a busca de novas alternativas de profissionalização, a partir de uma conceituação mais ampla que inclua variações de objetivos, conteúdos e metodologias;

- a exploração das potencialidades oferecidas pelo ensino supletivo.

Diante disso, alguns princípios gerais, no relacionamento da SEPS com os sistemas de ensino, podem ser sintetizados nas seguintes propostas:

- atuação da SEPS na articulação de ações de apoio à educação básica que envolvem seus próprios órgãos vinculados, os órgãos do MEC que atuam na área e, até mesmo, outros ministérios;

- promoção da cooperação técnica, incluindo a horizontal (para aproveitamento da capacidade técnica e experiências de outros sistemas);

- assistência financeira com base em instrumentos simplificados e na flexibilidade orçamentária;

- descentralização das ações, em todos os níveis, sob a ótica de planejamento participativo e integrado, com base geográfica ou territorial.

Deseja-se que as intenções aqui expressas sejam entendidas como um compromisso cuja operacionalização exigirá mudanças progressivas na SEPS e nos sistemas de ensino, bem como no relacionamento entre a SEPS



IMPrensa DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)